

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DEISE TERESINHA FERREIRA NUNES

**PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR APÓS A LEI 11.947 NO MUNICÍPIO DE DOM
PEDRITO-RS**

**Dom Pedrito
2016**

DEISE TERESINHA FERREIRA NUNES

**PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR APÓS A LEI 11.947 NO MUNICÍPIO DE DOM
PEDRITO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agronegócio.

Orientadora: Prof^a. Alicia Ruiz Olalde

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).**

N972p Nunes, Deise Teresinha Ferreira

Percepção da comunidade escolar das mudanças ocorridas na
alimentação escolar após a Lei 11.947 no município de Dom
Pedrito-RS / Deise Teresinha Ferreira Nunes.

46 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, AGRONEGÓCIO, 2016.

"Orientação: Alicia Ruiz Olalde".

1. PNAE. 2. segurança nutricional. 3. agricultura familiar.
I. Título.

Dom Pedrito
2016

DEISE TERESINHA FERREIRA NUNES

**PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR APÓS A LEI 11.947 NO MUNICÍPIO DE DOM
PEDRITO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agronegócio.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:
Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Alicia Ruiz Olalde
UNIPAMPA
Orientadora

Prof^a. Nádia Rosana Fernandes de Oliveira.
Doutoranda USP

Prof. Cláudio Marques Ribeiro
UNIPAMPA

Dedico este Trabalho de Conclusão de
Curso aos meus familiares, minha mãe,

meu marido e meus filhos que sempre me incentivaram para a realização deste sonho.

AGRADECIMENTO

À minha orientadora, Prof^a. Alicia Ruiz Olalde, pelo apoio na realização deste trabalho.

Aos demais professores pelo grande aprendizado e colegas de curso pelos bons momentos aos quais passamos juntos, em especial aos colegas Eliel, Léslie, Josimeri e Niwton, sem os quais não teria chegado até aqui.

Ao meu esposo, pela compreensão e auxílio nas tarefas as quais, no momento eu estava ocupada, e ele as executou, agradeço o apoio recebido e também o compartilhamento das alegrias e dificuldades.

Aos meus filhos pela compreensão, apoio e incentivo para realização desse sonho.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a concretização desse trabalho.

Sei que nada em nossas vidas ocorre ao acaso, tudo tem um por que e fundamento. Portanto, quero agradecer a todas as oportunidades que me foram propiciadas.

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a contribuição da Lei 11.947 de 2009, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), quanto a sua implantação no ambiente escolar relevante ao alcance dos objetivos desta política em duas escolas da rede de ensino do município de Dom Pedrito/RS. Este estudo tem como objetivo principal identificar quais as alterações que ocorreram na percepção da comunidade escolar após a implantação da lei citada, sendo que os educandários têm a obrigação de gerar melhores condições a sua clientela, buscando bons resultados com segurança e eficácia. Este TCC foi elaborado utilizando o método descritivo e exploratório, empregando livros, pesquisas na internet e pesquisa de campo através de entrevistas com quatro professoras da área de ciências e também foi aplicado um questionário a quarenta e seis alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da escola A e vinte da escola B, além de observação participante da autora. As questões apresentadas aos alunos estavam referidas a: importância de receber a alimentação escolar; se costumam comer a alimentação oferecida pela escola; quanto à frequência do consumo; se conhecem algo em relação ao PNAE, entre outros. Já às professoras foi questionado: se o PNAE consta no Projeto Pedagógico das escolas; se incentivam os alunos quanto a hábitos de alimentação saudável, entre outros. Os resultados revelam que a comunidade escolar avalia positivamente as mudanças ocorridas na alimentação escolar, considerando que a mesma é variada e saudável e que a maioria dos alunos consome a alimentação mais de três vezes por semana, mas ao mesmo tempo, constata-se que, há falta de um trabalho educativo voltado ao PNAE e à alimentação. Sendo assim, este trabalho busca fazer uma análise sobre o PNAE, buscando conhecer quais os benefícios da sua implantação e das recentes modificações desse programa nas escolas averiguadas com a finalidade de aprofundar os assuntos e as questões relacionadas ao tema agricultura familiar e segurança alimentar.

Palavras-chave: PNAE, segurança nutricional, agricultura familiar.

ABSTRACT

This undergraduate thesis covers the contribution of 2009 11.947 law in the National School Feed Program (PNAE), and its implementation in the school environment relevant to the achievement of the objectives of this policy in two schools in the school system of the municipality Dom Pedrito / RS. This study has as main objective to identify what changes occurred in the perception of the school community after the implementation of that law, and the schools have an obligation to create better conditions to their clientele, seeking good results safely and effectively. The TCC was elaborated in the descriptive and exploratory method, using books, internet research and field research through interviews with four science area teachers and a questionnaire to forty-six students of the 9th grade of elementary school A and twenty school B. the questions presented to students were referred to: importance of receiving school meals; if usually eat the food offered by the school; as the frequency of use; to know something about the PNAE, among others. Already the teachers was asked: if the PNAE part of the pedagogical project of the schools; to encourage students about healthy eating habits, among others. The results were presented in graphs, to elucidate the theme. The results show that the school community positively evaluated the changes in school meals, considering that it is varied and healthy and that most students consume food more than three times a week, but at the same time, it appears that, there is a lack of educational work returned to PNAE and food. Thus, this paper aims to make an analysis of the PNAE, seeking to know what the benefits of its implementation and the recent modifications of the program in the schools investigated in order to discuss the issues and questions related to the topic family agriculture and food security.

Keywords: PNAE, nutritional security, family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Importância da alimentação escolar para os alunos.....	26
Figura 2 – Justificativa da importância da alimentação escolar	27
Figura 3 – Consumo da alimentação escolar pelos alunos.....	28
Figura 4 – Frequência de consumo da alimentação escolar.....	29
Figura 5 – Conhecimento dos alunos sobre PNAE	30
Figura 6 – Conhecimento dos alunos sobre alimentação.....	31
Figura 7 – Conhecimento dos alunos sobre agricultura familiar	32
Figura 8 – Mudanças percebidas pelos alunos na alimentação	33
Figura 9 – Avaliação da qualidade atual da alimentação escolar.....	33
Figura 10 –Avaliação sobre a variedade da alimentação escolar.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cardápio regionalizado de inverno	35
Tabela 2 – Cardápio regionalizado de verão	35

LISTA DE APÊNDICES

Anexo 1 – Questionário aplicado aos alunos	43
Anexo 2 – Questionário aplicado aos professores	45

LISTA DE SIGLAS

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMAPIC – Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Indústria e Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 Problemática	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Alimentação e nutrição	16
2.2 Segurança alimentar e nutricional	17
2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	18
2.3.1 Histórico	18
2.3.2 Funcionamento do PNAE	20
2.4 Breve caracterização do município de Dom Pedrito/RS e o funcionamento do PNAE	21
3. METODOLOGIA	24
3.1 Estratégias metodológicas	24
3.2 Técnicas de coleta	24
3.2.1 Questionário	25
3.3 Técnicas de análise	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 As respostas dos alunos	26
4.1.1 Importância da alimentação escolar para os alunos.....	26
4.1.2 Justificativa da importância da alimentação escolar.....	27
4.1.3 Consumo da alimentação escolar pelos alunos.....	28
4.1.4 Frequência do consumo da alimentação oferecida pela escola.....	29
4.1.5 Conhecimento sobre o PNAE	30
4.1.6 Conhecimento dos alunos sobre alimentação.....	31
4.1.7 Conhecimento dos alunos sobre agricultura familiar.....	32
4.1.8 Mudanças percebidas pelos alunos na alimentação.....	33
4.1.9 Quanto aos alunos avaliarem como está a alimentação escolar atual...	33
4.1.10 Avaliação sobre a variedade da alimentação escolar.....	34
4.2 As respostas dos professores	36
4.2.1 Quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar constar no Projeto Pedagógico das escolas	36
4.2.2 Quanto a incentivar hábitos de alimentação saudável entre os estudantes	36
4.2.3 Quanto ao CAE (Conselho de Alimentação Escolar) ser atuante nas escolas	37
4.2.4 Quanto as professoras acharem se têm informações para explicar sobre a valorização dos alimentos regionais	37
4.2.5 Quanto ao desempenho do aluno mudar após o consumo da Alimentação escolar	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APÊNDICES.....	43

INTRODUÇÃO

Hoje em dia uma das grandes preocupações das pessoas está relacionada à qualidade e segurança da alimentação de crianças e jovens em idade escolar, onde se observa uma mudança de hábitos alimentares, provocando carências das principais vitaminas e prejuízos à saúde. Especialmente, por ser a infância o período de formação dos hábitos alimentares, o entendimento dos fatores determinantes possibilita a elaboração de processos educativos, que são efetivos para mudanças no padrão alimentar das crianças (RAMOS & STEIN, 2000). Tais mudanças irão contribuir no comportamento alimentar na vida adulta (BISSOLI & LANZILLOTTI, 1997).

A partir desse contexto, este trabalho busca fazer uma análise sobre o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, buscando conhecer quais os benefícios da implantação e das recentes modificações desse programa nas escolas.

O PNAE tem princípios e diretrizes determinadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, que é o órgão responsável por sua assistência financeira, garantindo o oferecimento de uma alimentação escolar saudável e adequada para os alunos.

A partir da Lei 11.947 de 2009 (Portal do FNDE, 2016) este programa incluiu a obrigatoriedade de adquirir 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, com dispensa de licitação. Assim sendo, a lei referente à merenda escolar une uma parte da comunidade, que gera produtos através da chamada agricultura familiar, e outra parte que são os educandos que são beneficiários dos alimentos, contribuindo para atingir um padrão alimentar de qualidade e desenvolver hábitos alimentares saudáveis.

O presente estudo foi desenvolvido em duas escolas do município de Dom Pedrito, com estudantes da nona série através da aplicação de um questionário e entrevistas com quatro professoras, da disciplina de ciências.

1.1 PROBLEMÁTICA

A estratégia adotada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determina a necessidade de contar com um plano de ação que defina os propósitos, objetivos e metas a serem atingidas em uma escola, integrando educandário/educandos como um todo.

De acordo com Medeiros (2013, p.74): “Cada estado ou município deverá possuir um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que é um órgão colegiado, deliberativo e autônomo, ou seja, é independente da Prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação e foi criado com o objetivo de acompanhar e fiscalizar todo o processo de alimentação escolar.”

Deste modo, a atuação deste conselho deve estar sempre voltada para a implementação da Lei 11.947 de 2009, executada dentro da organização escolar para que ocorra seu avanço no contexto alimentar.

Dentro dessa reflexão, encontra-se o problema: “Quais foram as mudanças ocorridas na merenda escolar em Dom Pedrito/RS, após a Lei 11.947 de 2009?”

Nesse sentido, a pergunta refere-se a se houve inclusão de alimentos provenientes da agricultura familiar e as possíveis mudanças no padrão da alimentação oferecida, assim como ao estudo de temas relativos à segurança alimentar e nutricional e à agricultura familiar nos currículos escolares. Além disso, interessa conhecer como a comunidade escolar (estudantes e professores) está percebendo essas mudanças.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar quais as alterações percebidas pela comunidade escolar de Dom Pedrito/RS após a Lei nº 11.947 de 2009.

1.2.2 Objetivos específicos

– Verificar o que mudou na alimentação escolar nas escolas pesquisadas, ao serem incluídos na alimentação escolar os produtos da agricultura familiar;

- Mostrar o comportamento estudantil após a adesão da escola à Lei 11.947/2009, e aceitação dos alunos dos produtos da agricultura familiar;
- Analisar se os professores e alunos conhecem o PNAE e como avaliam o programa;
- Identificar se houve inclusão de temas relativos à alimentação, agricultura familiar e ao próprio PNAE nos currículos escolares, após a Lei 11.947/2009.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica por abordar um dos principais programas sociais do Governo Federal, o PNAE, assim espera-se verificar se ele realmente mudou os hábitos alimentares da comunidade escolar, se a alimentação se tornou mais saudável e se ele atende possíveis carências nutricionais dos alunos.

O conhecimento do programa e sua conseqüente aplicação contribuem, certamente para a segurança alimentar e nutricional e o combate e superação da pobreza, proporcionando melhoras tanto para os escolares quanto para os agricultores.

O PNAE, por ser um programa que visa melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão escolar, reaproximando a produção ao consumo, se torna importante, pois trabalha na base da educação, promovendo a criação de hábitos saudáveis na infância e ainda agrega valor à agricultura familiar local, pois a partir dele pode haver um crescimento da produção local, sendo ele um incentivo aos produtores em produzir mais e com melhor qualidade, pois certamente poderá aí encontrar um mercado certo, já que no momento que aderir ao programa terá um destino de sua produção, por meio de canais curtos de comercialização.

Assim sendo o trabalho tem a justificativa maior de mostrar a realidade atual de duas escolas de Dom Pedrito, com a descentralização do PNAE e com a exigência de que 30% do valor dos repasses sejam usados em compras dos agricultores familiares locais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Para muitos autores tanto a alimentação quanto a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde e, conseqüentemente, da educação, pois são elas que possibilitam a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

Neste sentido, para entender-se a diferença entre ambas, Rodrigues (2007), relata, primeiramente sobre alimentação:

A alimentação é um ato voluntário e consciente. Ela depende totalmente da vontade do indivíduo e é o homem quem escolhe o alimento para o seu consumo. A alimentação está relacionada com as práticas alimentares, que envolvem opções e decisões quanto à quantidade; o tipo de alimento que comemos; quais os que consideramos comestíveis ou aceitáveis para nosso padrão de consumo; a forma como adquirimos, conservamos e preparamos os alimentos; além dos horários, do local e com quem realizamos nossas refeições.

Quanto à nutrição, a mesma autora diz que:

A nutrição é um ato involuntário, uma etapa sobre a qual o indivíduo não tem controle. Começa quando o alimento é levado à boca. A partir desse momento, o sistema digestório entra em ação, ou seja, a boca, o estômago, o intestino e outros órgãos desse sistema começam a trabalhar em processos que vão desde a trituração dos alimentos até a absorção dos nutrientes, que são os componentes dos alimentos que consumimos e são muito importantes para a nossa saúde.

Desta forma, os alimentos são substâncias que se introduzem na estrutura corpórea das pessoas promovendo seu crescimento, reparando seus tecidos, dando vigor e equilibrando seu organismo. Segundo Bianchi (2012) sobre alimentação e nutrição: “visam promover o crescimento, a reparação de tecidos, a produção de energia e o equilíbrio das diversas funções orgânicas.” Podem variar provindos de

animais, vegetais ou minerais. Já os nutrientes compõem a alimentação utilizada pelo corpo, como: carboidrato, lipídeo, proteína, vitamina e mineral.

Desta forma, para não prejudicar o organismo, é preciso uma alimentação que venha a unir-se com a nutrição, tornando-se um costume diário. Um determinado alimento nem sempre é nutritivo e dependendo dele, se, em excesso for absorvido, pode tornar-se amplamente prejudicial à saúde.

Desta forma, segundo Brasil (2016, p.1):

Em relação ao plano individual e em escala coletiva, esses atributos estão consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada há cinquenta anos, os quais foram posteriormente reafirmados no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e incorporados à Legislação Nacional em 1992.

Sendo assim, a consolidação dos direitos de cada pessoa em se tratando de alimentação e nutrição abrange encargos não só do Estado, mas de toda a sociedade, deste modo, entende-se que todos têm o direito a uma alimentação digna e proveitosa.

De acordo com Brasil (2016, p.1): “Ao Estado cabe respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos e comunidades em busca da capacidade de alimentar-se de forma digna, colaborando para que todos possam ter uma vida saudável, ativa, participativa e de qualidade. ”

Deste modo, a escola também tem acesso a este instrumento atendendo as necessidades de nutrição de seus educandos, o que os auxiliará em termos de aprendizagem, tornando-os mais ativos com uma alimentação saudável e em contrapartida auxiliando o desenvolvimento da agricultura familiar situada em sua cidade, vindo ao encontro com o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (Secretaria de Políticas de Saúde) associado à questão da alimentação escolar temos também o conceito de segurança alimentar que, anteriormente, era limitado ao abastecimento, na quantidade apropriada e que foi ampliado, incorporando também o acesso universal aos alimentos, o aspecto nutricional e, conseqüentemente, as questões relativas à composição, à qualidade e ao

aproveitamento biológico. O Brasil adotou esse novo conceito a partir de 1986, com a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual se consolidou quando da realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

Assim, no conjunto dos componentes de uma política nacional voltada para a segurança alimentar e nutricional, estão o crédito agrícola, inclusive o incentivo ao pequeno agricultor; a avaliação e a adoção de tecnologias agrícolas e industriais; os estoques estratégicos; o cooperativismo; a importação, o acesso, a distribuição, a conservação e o armazenamento de alimentos, o manejo sustentado dos recursos naturais, entre outros (Ministério da Saúde, 1999).

Segundo o Manual de Instruções Operacionais para Nutricionistas vinculados ao PNAE, segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidades culturais e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (Artigo 3 da lei 11.346/2006).

Embora se leve em consideração diversos aspectos, o principal seria que além da oferta de alimentos a capacidade de acesso a esses alimentos se mostra mais importante. A qualidade dos alimentos e sua sanidade, para que tenham uma boa qualidade nutricional, sem componentes químicos que prejudiquem a saúde, o respeito aos hábitos alimentares que são características específicas de certos grupos sociais e a garantia de uma produção cada vez maior e eficiente também são de extrema importância.

A segurança alimentar e nutricional representa um conceito bastante amplo compreendendo as noções do alimentar e do nutricional, enfatizando os aspectos de acesso, qualidade e disponibilidade em termos de suficiência, continuidade e preços estáveis e compatíveis com o poder aquisitivo ou no caso de projetos e programas governamentais, dos recursos financeiros disponíveis, valorizando os hábitos alimentares adequados e coloca a segurança alimentar e nutricional como uma prerrogativa básica para a condição de cidadania com a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente aos alimentos (Ministério da Saúde, 1999).

2.3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

2.3.1 Histórico

O PNAE tem sua origem na década de 40, com o Instituto de Nutrição, mas não avançou devido a problemas de indisponibilidade de recursos. Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, deste plano original só o programa de alimentação escolar sobreviveu.

Em 31 de março de 1955 foi assinado o decreto nº 37.106 que institui a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação. Em 1956 passou a se denominar Campanha Nacional da Merenda Escolar, com intenção de atender todo o território nacional. Em 1965 o nome foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Somente em 1979 passou a ser denominado PNAE (Portal do FNDE).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, ficou assegurado o direito a alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, por meio do programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros alimentícios e se responsabilizava pela distribuição dos mesmos em todo o território nacional (Portal do FNDE).

Em 1994, houve a descentralização dos recursos para execução do Programa, que foi instituída por meio da Lei nº 8.913, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal. Neste período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532 em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros. (Portal do FNDE)

Assim, o programa de alimentação escolar no Brasil é um dos mais antigos programas sociais do Governo Federal. Quanto a sua estrutura, é a política de maior abrangência em alimentação e nutrição no Brasil, apresentando como diretriz o emprego de alimentação saudável e adequada no ambiente escolar. No ano de 2009, foi promulgada a Lei nº 11.947 com o objetivo de atender as necessidades nutricionais dos educandos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo

para seu crescimento, desenvolvendo sua aprendizagem e rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (Portal do FNDE).

A Lei nº 11.947, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar (Portal do FNDE).

No seu Artigo 14 a Lei 11.947/2009 estabelece:

Art. 14 – “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.”

Parágrafo 1º. “A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório.”

Após esta lei, que assegura a aquisição de pelo menos 30% de gêneros da agricultura familiar para alimentação escolar, procura-se definir um conjunto de alimentos básicos, configurando uma sinalização sobre quais seriam, elaborando um guia alimentar, estabelecendo assim uma forma saudável de consumo de alimentos. Segundo Bezerra e Schneider (2012), um dos princípios da alimentação saudável é a utilização de todos os grupos alimentares na composição da dieta diária. Esta deverá fornecer água, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, fibras e minerais, os quais são insubstituíveis e indispensáveis ao bom funcionamento do organismo.

Vale destacar que em 2000 o PNAE atendia cerca de 37,1 milhões de alunos com investimentos de R\$ 901,7 milhões. Em 2013, foram atendidos aproximadamente 43 milhões de alunos com investimentos de cerca de R\$ 3,5 bilhões (Portal do FNDE). Deste modo, em 2015 o valor mínimo repassado para a compra de alimentos da agricultura familiar corresponderia a aproximadamente R\$ 1 bilhão.

2.3.2 Funcionamento do PNAE

Os recursos financeiros para o programa provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no orçamento da União. O FNDE realiza transferência financeira

às entidades executoras. As entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) são responsáveis pela execução do programa, garantindo a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de seu sistema de ensino.

A transferência de recursos é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 dias letivos. A escola beneficiária precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

O cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas. Dos recursos financeiros repassados pelo FNDE às entidades executoras, no mínimo, 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pelo agricultor familiar e pelo empreendedor rural familiar.

Segundo Triches e Schneider (2010), o processo de aquisição de gêneros alimentícios por parte dos municípios e estados, foi facilitado com a liberação da exigência da licitação, em se tratando de compras da agricultura familiar, sendo executado por chamada pública.

O controle social do Programa é exercido por meio do Conselho de Alimentação Escolar. Sua constituição é condição para o recebimento dos recursos financeiros repassados pelo FNDE. Qualquer pessoa física ou jurídica pode denunciar irregularidades (Portal do FNDE).

Os recursos disponibilizados atualmente se dão da seguinte forma:

Creches – R\$ 1,00 por aluno;

Pré-escola –R\$ 0,50 por aluno;

Escolas Indígenas e Quilombolas – R\$ 0,60 por aluno;

Ensino Fundamental, Médio e Educação de jovens e adultos – R\$ 0,30;

Ensino Integral – R\$ 1,00 por aluno;

Alunos do Mais Educação - R\$ 0,90.

2.4 BREVE CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO/RS E O FUNCIONAMENTO DO PNAE

O município de Dom Pedrito, está localizado na Região Campanha do Rio Grande do Sul, tendo como número total de habitantes de 38.898, segundo o IBGE (2010) sendo sua área bastante extensa, é de 5.192,11 km². A cidade foi fundada em 30 de outubro de 1872.

Na região Sul do Brasil, a exemplo do Rio Grande do Sul predominam estabelecimentos agropecuários com maior área média e baseada na combinação de pecuária extensiva e monocultura de grãos.

Os rendimentos e as riquezas do município estão concentrados na agricultura e na pecuária, tendo como as atividades mais importantes a criação de bovinos, ovinos e equinos, e as culturas de arroz e soja. Dom Pedrito está inserido no Bioma Pampa, é conforme dados do IBGE é o quinto município em extensão do Rio Grande do Sul, ocupando cerca de 1.93% do total do estado.

A comunidade escolar de Dom Pedrito é composta por: 7 Escolas Municipais de Educação Infantil, 11 Escolas Municipais e 12 Escolas Estaduais (Secretaria de Educação de Dom Pedrito, 2015).

O PNAE na agricultura familiar em Dom Pedrito começou a se desenvolver a partir da aprovação da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que regulamenta a aquisição de 30% do total de recursos do FNDE de produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Logo após, em 9 de setembro de 2009, ocorreu uma primeira reunião de entidades (EMATER, SMEC e SMAPIC) para conhecimento e esclarecimentos da referida lei. Em 5 de janeiro de 2010 foi realizada uma reunião da prefeitura municipal com a convocação dos agricultores interessados para melhores esclarecimentos, sendo em seguida realizadas visitas aos mesmos para verificar a produção e produtos disponíveis (AMARAL, 2013).

No segundo semestre de 2010, ocorreu uma sucessão de reuniões dos parceiros juntamente com o Setor de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação e logo em seguida a realização da primeira chamada pública municipal, onde participaram 04 agricultores com os seguintes produtos oferecidos: alface; beterraba; couve e tempero verde.

No primeiro semestre de 2011, o número de agricultores chegou a 05, com uma maior diversificação dos produtos: alface, beterraba; couve; tempero verde; abóbora; cebola e repolho. Já no segundo semestre do ano de 2011 permaneceu crescente o número de produtores com 06 agricultores e os produtos oferecidos

passaram a serem os seguintes: alface; beterraba; couve; tempero verde; abóbora; bata-doce; cenoura e morango (MEIRA, 2014).

No início de 2012, o número de agricultores envolvidos chegou a 07 e os produtos oferecidos foram os seguintes; alface; couve; beterraba; tempero verde; abóbora; batata-doce; morango e cebola. No segundo semestre de 2012 ocorreu o ápice de número de agricultores envolvidos no PNAE no município, ou seja, 10 produtores se envolveram com o programa e se mantiveram ofertando os mesmos produtos do início do ano. No primeiro semestre de 2013 ocorreu uma redução no número de produtores e os produtos oferecidos foram os seguintes: alface; beterraba; couve; tempero verde; abóbora; batata-doce; cebola; morango; tomate e alho. (MEIRA, 2014) A referida fonte não especifica as razões que levaram à diminuição do número de produtores.

Para Dom Pedrito os dados do FNDE mostram que, em 2014, de um valor total repassado de R\$ 398.862,00 para alimentação escolar, foram destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar R\$ 131.900,84, o que representa 33,07%. Em 2012, do total de R\$ 273.132,00 repassado, a agricultura familiar forneceu R\$ 70.538,54 (25,83%), enquanto em 2013 foram destinados à merenda R\$ 284.560,00, dos quais R\$ 100.676,50 fornecidos pela agricultura familiar (35,38%). Isto indica que os recursos destinados ao programa aumentaram nesse período e que o município estaria cumprindo com a obrigação de compra de pelo menos 30% da agricultura familiar.

Em Dom Pedrito, como em outros municípios, o funcionamento do programa ocorre da seguinte forma: conforme a resolução nº 38 do FNDE, a qual regulamenta a Lei nº 11.947 de 2009 quanto à aquisição de alimentos, será dispensada de licitação, sendo oportunizada a utilização de chamada pública.

São realizadas reuniões com os produtores inscritos e interessados para avaliação, para estipular uma possível previsão dos produtos a serem entregues durante aquele ano, logo após serem realizadas as reuniões o próximo passo será a chamada pública. Após todos esses processos e consequente resolução dos trâmites legais, os próprios agricultores levam seus produtos, conforme listagem de suas quantidades e os entregam nas escolas designadas. Após todo esse trabalho os produtores recebem os valores referentes aos produtos comercializados conforme cronograma acertado anteriormente.

Os principais órgãos envolvidos nesse processo são: a Secretaria da Educação de Dom Pedrito, a nutricionista da Secretaria de Educação responsável, a EMATER como entidade articuladora e os agricultores familiares. Embora a cidade não ofereça uma infraestrutura logística adequada, os agricultores fazem seu papel dentro do programa.

3 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.83) método é: “um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Ainda conforme Gil (2009, p.162): “na metodologia apresenta-se os procedimentos a serem adotados na realização da pesquisa, a disposição varia de acordo com as características de cada pesquisa”

3.1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A estratégia metodológica adotada nesse trabalho é a do estudo de caso, que segundo Gil (2009), constitui uma das muitas modalidades de delineamento, trata-se, pois de um dos diversos modelos propostos para produção de conhecimento num campo específico. Pode ser considerado um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como, por exemplo, a observação, a entrevista e a análise de documentos.

Foi feito um estudo de caso com caráter qualitativo, exploratório, com observação participante e com coleta de dados primária junto à comunidade escolar sobre as mudanças ocorridas em duas escolas com a introdução da Lei 11.947 no município de Dom Pedrito/RS.

Foi escolhida a metodologia de estudo de caso em duas escolas devido às dificuldades de realizar uma pesquisa em toda a rede de ensino no município de Dom Pedrito, mas, em princípio, as respostas verificadas deveriam ser semelhantes em outras escolas.

3.2 TÉCNICAS DE COLETA

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico, análise de artigos, TCCs e Teses que abordem o tema, e ainda observação participante. A seguir foram estudadas duas escolas de Ensino Fundamental do município de Dom Pedrito/RS, escolhidas por sua localização, uma na região central e outra na periferia da cidade, estudo esse que foi realizado somente com os alunos da série final do ensino fundamental (por serem os que estavam presentes durante a promulgação da lei 11.947 de 2009 e podem ter percebido as mudanças) e com professores.

Como instrumentos de pesquisas foram usados questionários semiestruturados contendo questões mistas (abertas e fechadas) com os alunos e a realização de entrevistas com as professoras. Esses questionários foram aplicados no mês de março de 2015. Todos os instrumentos referenciados foram utilizados para analisar o comportamento atual dos que compõem a comunidade escolar em estudo, como forma de retratar de maneira apurada os hábitos e tendências dos mesmos quanto ao tema proposto.

3.2.1 QUESTIONÁRIO

Os questionários, segundo Roesch (2012), são instrumentos utilizados em pesquisas de caráter quantitativo quando se propõe, por exemplo, a levantar opiniões de pessoas a respeito de um fato. Deste modo, este trabalho utilizou questionários com perguntas abertas e fechadas que contemplem pontos propostos no trabalho. Por fim, os questionários (individuais) foram aplicados para os alunos da série final do ensino fundamental, ou seja, no 9º.

Também foram feitas entrevistas com quatro professores (dois de cada educandário), escolhidos por serem pedagogos de aulas de ciências.

Os questionários contêm questões referentes aos conhecimentos dos entrevistados quanto ao assunto estudado no trabalho, ou seja, o PNAE.

3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Ao final da coleta e transcrição dos dados, foi feita a análise dos mesmos e destacadas as questões centrais sobre o tema, as quais foram sistematizadas e

apresentadas em gráficos, tendo como objetivos visualizar as questões relacionadas ao tema.

Em alguns casos, a autora realiza comentários sobre as respostas derivadas de sua experiência de dez anos na área de fornecimento de alimentação para a comunidade escolar. Ditos comentários podem ser tomados como uma complementação aos questionários, no sentido de formular hipótese e possíveis referências para futuros trabalhos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, ponderou-se os resultados da pesquisa para conhecer, através do questionário aplicado, respostas sobre o PNAE relativas às duas escolas situadas no município de Dom Pedrito/RS.

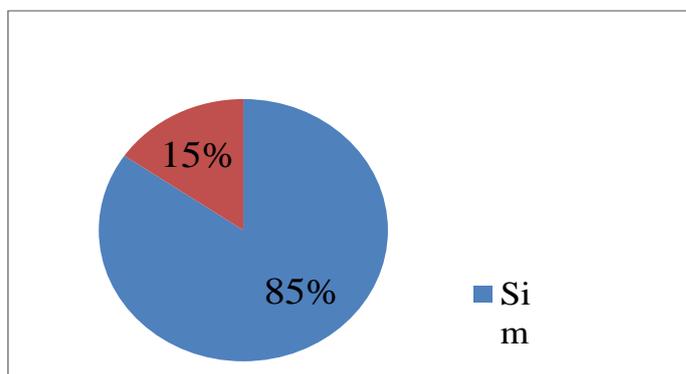
A amostra averiguada tem referência a duas professoras da escola A e duas da escola B que responderam ao questionário e a quarenta e seis alunos da escola A e vinte da escola B, sendo trinta e cinco do sexo masculino e trinta e um do feminino, que estavam presentes no dia da aplicação do questionário. As perguntas foram desenvolvidas com a finalidade de compreender como é o desempenho que envolve o PNAE nas escolas.

4.1 AS RESPOSTAS DOS ALUNOS

4.1.1 Importância da alimentação escolar para os alunos

Os alunos entrevistados responderam sobre a importância de receberem a alimentação na escola, sendo que para a maioria a resposta é afirmativa, como demonstra o Figura 1.

Figura 1 – Importância da alimentação escolar para os alunos



Fonte: Autora (2016)

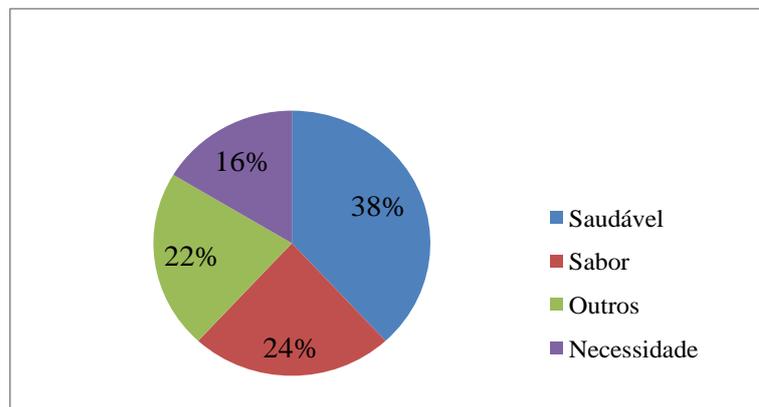
Para 85% dos entrevistados é importante receber alimentação escolar, já 15% dos acredita que não é importante. Quando se observa o dia a dia dos alunos que frequentam uma escola, certamente nota-se que vários deles não têm a quantidade necessária de alimentos diários em suas casas, esse fator é muito grave, pois por décadas acompanha vários discentes, por esse motivo esse auxílio é de grande valia.

Deste modo, o PNAE é um instrumento muito importante no sentido de melhorar a merenda escolar oferecida aos alunos, promovendo um enriquecimento na saúde dos discentes, possibilitando dar um suplemento mais vigoroso em sua alimentação, aumentando suas condições nutricionais e acarretando uma melhora na aprendizagem, além de formar um melhor hábito alimentar.

4.1.2 Justificativa da importância da alimentação escolar

Entre os alunos que responderam que consomem habitualmente a alimentação, foi questionado sobre sua importância obtendo as respostas apresentadas na Figura 2.

Figura 2 – Justificativa da importância da alimentação escolar para os alunos



Fonte: Autora (2016)

Boa parcela dos alunos, ou seja, 38% diz ser importante por se tratar de uma alimentação saudável, outros 24% por ter sabor agradável, o que indica que 62% dos mesmos tem uma percepção positiva com relação à alimentação. Já outros 16% dos alunos reconhece que consomem a alimentação principalmente pela necessidade, por não tomarem café antes de ir à escola e geralmente estarem com fome.

Nota-se que os alunos têm noção que um alimento saudável nem sempre tem o melhor paladar. As informações referentes a este conceito são repassadas através das merendeiras, que falam sobre o assunto na hora que servem a merenda, e dos professores em sala de aula ou a outras fontes.

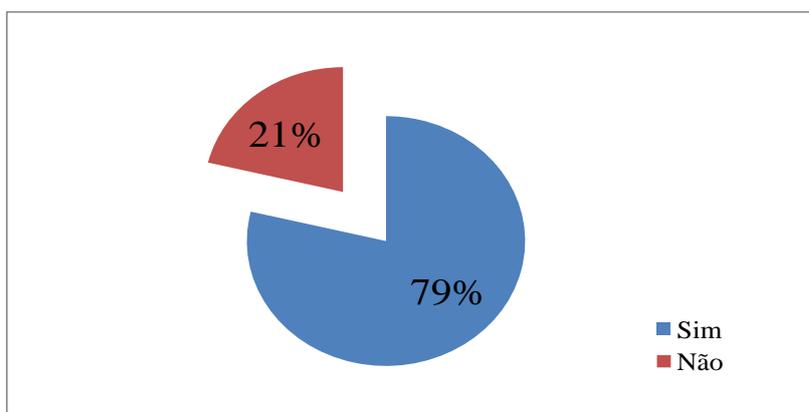
Quanto aos estudos da alimentação em sala de aula, podem ser repassadas informações sobre a importância de frutas, legumes e cereais ricos em fibras, que contêm vitaminas e são essenciais para que os alunos não fiquem doentes, entre outras.

Sendo assim, os professores devem valorizar a alimentação variada e saudável oferecida aos alunos, mostrando o porquê de se apreciar o consumo dos alimentos produzidos e colhidos pela agricultura familiar. Mostrando também como minimizar o desperdício de alimentos usando as cascas e talos, por exemplo, na preparação de pratos com grande valor nutricional.

4.1.3 Consumo da alimentação escolar pelos alunos

Os alunos falam sobre se tem ou não o costume de comer a alimentação da escola, nota-se que a grande maioria a consomem, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Consumo da alimentação escolar pelos alunos



Fonte: Autora (2016)

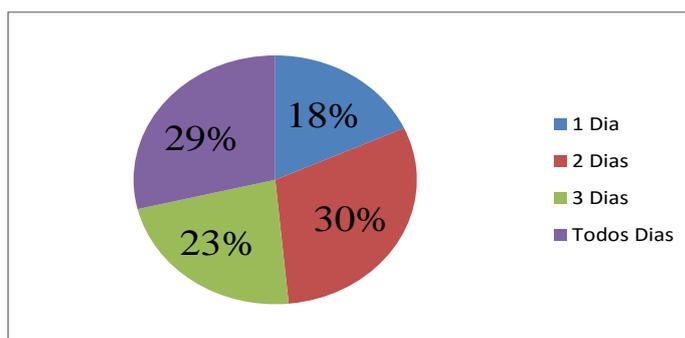
Dos alunos entrevistados nas duas escolas, 79% costumam comer a alimentação escolar enquanto que 21% não adquiriram esse costume. Com isso, evidencia-se que o consumo de alimentos por parte dos discentes é uma regra.

Nota-se que no gráfico 1 só para 15% dos entrevistados a alimentação escolar não é importante, pelo que parte dos alunos que não a consomem habitualmente (21%) responderam que a mesma é importante, possivelmente porque pode ser importante para outros alunos.

4.1.4 Frequência do consumo da alimentação oferecida pela escola

Na Figura 4 os alunos descrevem quantas vezes por semana costumam consumir a alimentação escolar, nota-se que apenas 29% tem o hábito diário.

Figura 4 – Frequência semanal no consumo da alimentação



Fonte: Autora (2016)

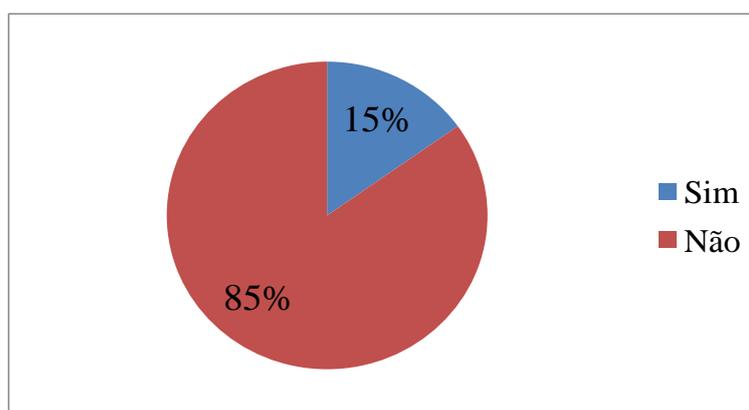
Para 18% dos entrevistados o hábito é consumir a alimentação apenas um dia por semana; 30% dois dias; 23% três dias; e 29% merendam todos os dias.

Mesmo os alunos dizendo que acham importante receber a alimentação escolar (gráfico 1), que consideram ser um alimento mais saudável (gráfico 2) e que costumam comer a alimentação oferecida pela escola (gráfico 3), nota-se que na população estudada, muitos, somando 48% dos alunos tem o hábito de merendar apenas um ou dois dias da semana, contra 29% que fazem esse processo todos os dias.

4.1.5 Conhecimento sobre o PNAE

Na Figura 5 apresentam-se as respostas ao questionamento sobre conhecimento do PNAE, se os alunos sabem algo referente ao assunto, sendo que o programa é de grande relevância em seu dia a dia.

Figura 5 – Conhecimento dos alunos sobre PNAE



Fonte: Autora (2016)

Apenas 15% dos entrevistados afirmam conhecer o PNAE, enquanto que 85% dizem não saber a que se refere. Nota-se que apesar dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar terem aumentado consideravelmente, não há informações disponíveis para os alunos sobre esse tema. Deste modo, a grande maioria desconhece fatos relacionados à agricultura local.

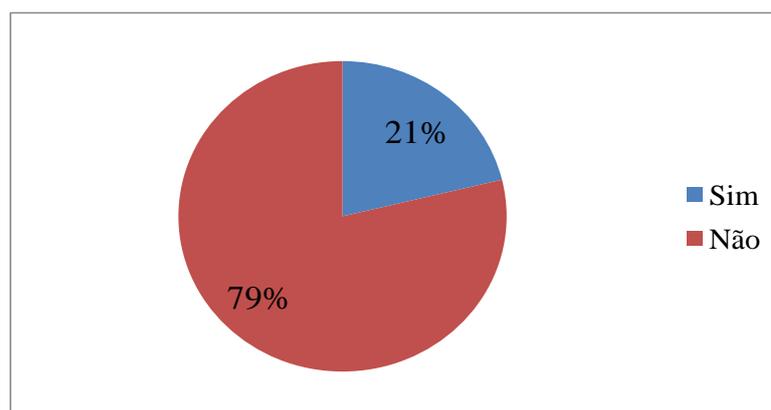
Apesar de achar a alimentação escolar muito importante, a maioria dos alunos não conhece o programa, conseqüentemente desconhecem a origem do alimento consumido. Daí a importância de trabalhar os conteúdos em sala de aula em diversas disciplinas, sobre segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, políticas públicas e agricultura orgânica, entre outras. No entanto, neste item observa-se uma inconsistência com as respostas das professoras que dizem que alguns desses conteúdos constam no projeto pedagógico de ambas as escolas.

Vê-se, contudo, que os alunos dizem não conhecer sobre o assunto PNAE, mas gostam da alimentação escolar (gráfico 2). Nota-se, portanto, que eles podem ter outras fontes de informação sobre alimentação: mídia, família, etc., mas não reconhecem como conteúdo das aulas.

4.1.6 Conhecimento dos alunos sobre alimentação

Não basta os alunos terem uma alimentação benéfica ao seu organismo no educandário, é preciso que esse hábito comece em suas casas, é preciso avaliar este procedimento, já que a grande maioria dos entrevistados diz não ter estudado sobre alimentação em suas respectivas escolas (Figura 6).

Figura 6 – Conhecimento dos alunos sobre alimentação



Fonte: Autora (2016)

Dos entrevistados, 21% falam que estudam sobre alimentação enquanto que 79% diz o contrário.

Observa-se que os alunos quanto a hábitos alimentares na escola mostram-se satisfatórios, costumam consumir muitas frutas, alimentos ricos em vitaminas e

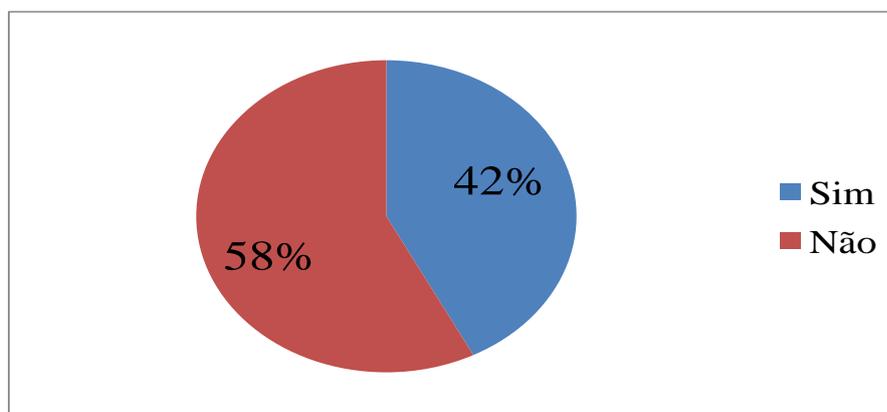
que proporcionam imunidade acarretando em uma diminuição ao risco de contrair infecções e outras enfermidades. Por outro lado, geralmente trazem de casa alimentos ricos em açúcar como balas e doces que não trazem benefícios aos seus organismos, o que pode acarretar doenças como obesidade.

Deste modo, aparentemente não é na escola que os alunos estão consumindo produtos que não são indicados e sim em suas casas, é na família que essa atividade não está sendo exercida de modo correto. Como demonstrado no gráfico 5, os alunos em sua maioria desconhecem o que é o PNAE, portanto, é preciso levar mais conhecimento a eles, alternando com atividade física e favorecendo que levem informações aos seus lares sobre alimentação saudável.

4.1.7 Quanto ao aluno saber o que é agricultura familiar

A maioria dos entrevistados diz não saber o que é agricultura familiar (Figura 7), portanto, cabe aos educadores transmitir esse conhecimento aos seus alunos.

Figura 7 – Conhecimento dos alunos sobre agricultura familiar



Fonte: Autora (2016)

Dos alunos entrevistados, 42% dizem ter conhecimento sobre agricultura familiar, informações que geralmente retiram da mídia ou de outras fontes, contra 58% que diz não saber do que se trata.

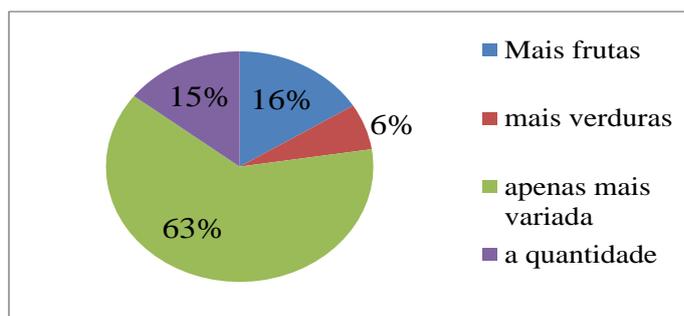
Neste sentido, poderia se implantar nos educandários alguns programas e projetos de educação alimentar sobre a origem do alimento consumido e o consumo responsável. Essas ações podem garantir conhecimentos para uma melhor

conscientização em relação a bons hábitos alimentares proporcionando uma melhor qualidade de vida aos estudantes e valorizando a produção familiar local.

4.1.8 Mudanças percebidas pelos alunos na alimentação

No que tange a mudanças observadas na alimentação escolar, os alunos aprovam, pois sabem que esta é uma refeição diária básica que ajuda a suprir a necessidade nutricional dos mesmos (Figura 8).

Figura 8 – Mudanças percebidas pelos alunos na alimentação



Fonte: Autora (2016)

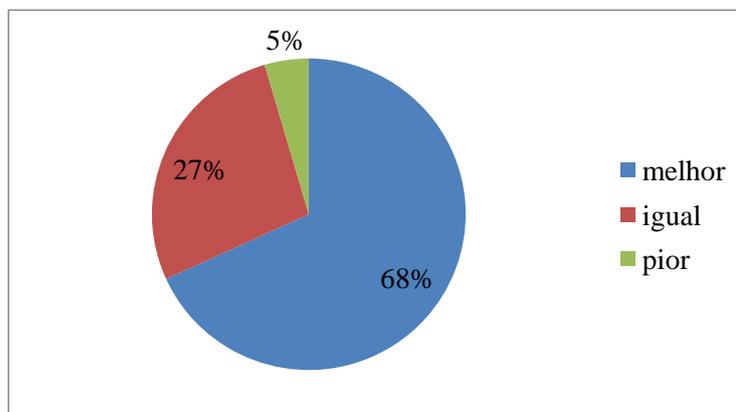
Para 6% dos entrevistados a mudança mais perceptível é quanto às verduras; outros 15% referem-se à quantidade; já para 16% há mais frutas sendo servidas e mais da metade (63%) acha que está mais variada a alimentação servida semanalmente.

Os alunos aprovam, pois sabem da importância da alimentação escolar (Figura 1), tendo uma posição positiva em relação a esses alimentos (Figura 2).

4.1.9 Avaliação da qualidade atual da alimentação escolar

A alimentação escolar servida nos educandários com a implantação da Lei 11.947 de 2009 ocasionou uma mudança que é percebida como ilustrado na Figura 9.

Figura 9 – Avaliação da qualidade atual da alimentação escolar



Fonte: Autora (2016)

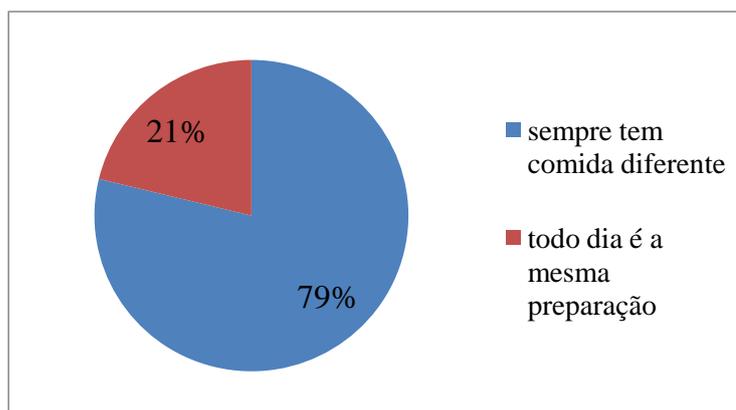
Dos alunos entrevistados, 5% diz estar pior; e 27% ser igual, sem alterações; já para 68% ela está melhor.

O que se pode observar é que, a maioria, nota uma melhora quanto aos pratos servidos, este enriquecimento se dá por intermédio das porções que podem ser repetidas e pelo cardápio mais variado que é refeito semanalmente.

4.1.10 Avaliação sobre a variedade da alimentação escolar

Com a descentralização do PNAE e implantação da Lei 11.947, os educandários prezam por uma melhor valorização nutricional para seus alunos, sendo de grande valia a utilização de cardápios, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – Avaliação sobre a variedade da alimentação escolar



Fonte: Autora (2016)

Dos alunos entrevistados 21% dizem que a preparação diária relativa a alimentação oferecida é sempre a mesma, já 79% falam que essa afirmação é errada, que o cardápio é variado. As preparações ofertadas, tanto na Escola A quanto na escola B, oferecido sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar parecem ter boa aceitação.

O cardápio já está pronto mensalmente, dividido em inverno e verão, sugerindo alterações a serem feitas semanalmente. Exemplo: na segunda-feira, dia primeiro, é servido leite com aveia e fruta; na terça-feira, sopa de lentilha com legumes (carne moída, cebola, batata, moranga), pão (uma fatia) e fruta. Na falta de um destes itens no dia, há uma relação apontando outros alimentos que os substituam. Nota-se que os alimentos nem sempre são referentes à agricultura familiar, e sim oriundas do comércio local, adquiridos através de licitação.

Quem monta o cardápio é o nutricionista da Coordenadoria da Educação, que envia para as escolas no início do ano. Depois, as escolas têm um prazo para fazer ajustes de acordo com a disponibilidade de alimentos e retornar para essa profissional que incorpora os ajustes necessários. A seguir, são apresentados dois exemplos de cardápio (inverno e verão).

Tabela 1 – Cardápio regionalizado inverno

03/ago	04/ago	05/ago	06/ago	07/ago
Leite com aveia (P11). Fruta (P9).	Sopa de lentilha com legumes (carne moída, cebola, batata, moranga) (P8). Pão (1 fatia) (P9). Fruta (P7).	Arroz (P2). Feijão (P3). Carne com molho e aipim (P4). Salada (P6).	Café com leite (P11). Pão com margarina (P9). Fruta (P7).	Arroz com frango (P1). Feijão (P3). Salada (P6).

Fonte: Secretaria da Educação (2015)

Tabela 2 – Cardápio regionalizado verão

07/set	08/set	09/set	10/set	11/set
(Feriado)	Risoto com	Sagu com	Sanduíche pão	Arroz (P2).

	ovo picado (P1). Salada (P6). Fruta (P7).	creme de amido (P10). Fruta (P7).	de forma III (presunto, queijo, alface e tomate) (P9). Suco de frutas (P12).	Feijão (P3). Carne moída com cenoura (P4). Salada (P6).
--	---	-----------------------------------	--	---

Fonte: Secretaria da Educação (2015)

Nota-se que ao lado de cada opção a ser servida há um número acompanhado da letra P. Por exemplo, no dia oito de setembro no cardápio de verão será servido risoto com ovo picado, na falta deste, é verificado em uma tabela o componente P1, o qual irá dar outras alternativas de escolha.

4.2 AS RESPOSTAS DAS PROFESSORAS

4.2.1 Quanto ao programa nacional de alimentação escolar constar no Projeto Pedagógico das escolas

Todos os professores entrevistados (de ambos educandários) foram unânimes neste contexto, personificando 100%, afirmando que o PNAE faz parte do Projeto Pedagógico escolar. Desenvolvendo um tipo de programa de forma contínua, obtendo-se um hábito alimentar saudável, que de certa forma monitora nutricionalmente os alunos, enfatizando-se ações diagnósticas de prevenção e controle sobre os distúrbios nutricionais.

Os professores também constatarem mudanças na alimentação escolar, sendo de boa qualidade nutricional e ser elaborada de forma variada.

Há de se constatar também que os alunos, mesmo considerando a alimentação oferecida ser importante (gráfico 1), relatam consumir outros alimentos, trazidos de suas respectivas casas.

4.2.2 Quanto a incentivar hábitos de alimentação saudável entre os estudantes

Outra constatação que se chegou é que dos entrevistados, somando 100%, dizem incentivar seus alunos quanto a hábitos alimentares saudáveis.

Os hábitos alimentares dos alunos tanto da Escola A como da B, mostram-se adequados, devido ao consumo de legumes, cereais e frutas, sendo importante para a formação destes.

No entanto, há um porém, nota-se que nem todos os alimentos são vinculados à agricultura familiar, tomando-se as frutas como exemplo, a escola faz uma licitação e são trazidas do comércio local frutas como banana, abacate, abacaxi, entre outras, deixando para estes produtores apenas as frutas da estação como bergamota, laranja e morango. A explicação seria pela falta de disponibilidade destes alimentos pelos agricultores familiares da região.

De certa forma, a alimentação escolar oferecida aos educandos nas duas escolas mostra que os indicadores quanto ao PNAE não são cumpridos, devido à sazonalidade de alguns produtos, portanto, a orientação educacional sobre a dieta saudável no que diz respeito aos produtores locais não está sendo exercida. Os professores entrevistados, dos dois educandários, dizem não saber sobre a inclusão dos produtos referentes à agricultura familiar na alimentação escolar.

4.2.3 Quanto ao CAE (Conselho de Alimentação Escolar) ser atuante nas escolas

O CAE deve acompanhar e fiscalizar de modo direto o PNAE, zelando pela condição em que se encontram os alimentos, assim como a sua higiene e a aceitação dos cardápios oferecidos nas escolas.

Para todos os professores entrevistados, totalizando 100%, o CAE não é atuante nas escolas. O Conselho teria que ter uma reunião mensal que de fato raramente acontece. Os pais dos alunos participantes não reivindicam essa participação e também não reclamam da qualidade da alimentação escolar, só nos casos de falta de repasse de verbas.

Assim sendo, conhecendo a utilidade do CAE, os professores pesquisados afirmam que há atividade pedagógica relacionada à alimentação escolar, mesmo assim vê-se que não há projetos nas escolas pesquisadas sobre esse tipo de alimentação, mesmo os professores tendo informações sobre a valorização dos alimentos regionais.

4.2.4 Quanto aos professores terem informações para explicar sobre a valorização dos alimentos regionais

Neste quesito, todos os professores, no total de 100%, afirmam que tem informações necessárias para explicar sobre o porquê de se valorizar os alimentos cultivados em nossa região.

Deste modo, tendo informações fica viável sua utilização para a vinculação de projetos que as escolas poderiam executar, mas não o fazem por falta de iniciativa seja das escolas, ou até mesmo por parte dos professores.

O único, porém, é quanto aos cultivos dos agricultores da cidade de Dom Pedrito/RS, é que, em geral, são de pequeno porte, ficando restritos geralmente a hortaliças como alface e couve e a frutas da estação como bergamota e laranja.

4.2.5 Percepção dos professores quanto ao desempenho do aluno mudar após o consumo da alimentação escolar

Os professores são unânimes, totalizando 100%, ao constatarem que a alimentação oferecida em ambas as escolas tem uma ação fundamental quanto ao desempenho dos alunos. A sua falta pode causar um desestímulo em sua participação em sala de aula.

Na pesquisa orientada aos professores de ambos os educandários, nota-se que estimulam o consumo da alimentação escolar e gostam do que é ofertado aos educandos, em se tratando de hábitos alimentares saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de observações e entrevistas realizadas nas duas escolas com alunos e professores, constata-se que, há falta de um trabalho educativo voltado ao PNAE, o que pode resultar em que os hábitos alimentares dos alunos possam ter duas vertentes, uma dentro da escola com comida balanceada e outra em suas casas por vezes com hábitos alimentares desregrados.

Há de se considerar também que os aspectos de cultura e socioeconômico influenciam para que surjam mudanças permanentes tanto nas escolas envolvidas como nos lares dos alunos, pois é mais barato comprar guloseimas para os filhos levarem para a escola do que comprar frutas, por exemplo.

Percebe-se também que quanto aos professores sobre o ensino da educação alimentar, estão preparados para a realização deste trabalho, pois eles afirmam que o PNAE consta no projeto pedagógico da escola, dizem incentivar hábitos de alimentação saudável entre os estudantes, mas dizem não conhecer nenhum projeto na escola sobre alimentação.

Todavia, professores e alunos reconhecem a importância da alimentação escolar para a melhora do desempenho dos escolares

Portanto seria necessário fazer um elo entre professores/comunidade escolar/família para que haja um pleno desenvolvimento quanto ao PNAE. Para tanto, é necessário fazer um investimento no oferecimento de informações. Tem que haver um meio para que a alimentação se torne um assunto de forma real inserido no dia a dia de todos os alunos e que assinalem para a necessidade de um trabalho na escola voltado a projetos e explicações formando discussões nas salas de aula sobre o tema. Deve-se incentivar mais a discussão sobre agricultura familiar nas escolas (parcerias com Secretaria de Agricultura, EMATER, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras organizações) para melhor elucidação sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Também é relevante neste estudo acrescentar que para a maioria dos alunos é importante receber a alimentação escolar porque alguns alunos não têm a quantidade necessária de alimentos em suas respectivas casas. A maioria costuma comer o alimento oferecido na escola e sabem que é mais saudável.

Todavia, alguns alunos dizem não conhecer o PNAE e que não há um estudo sobre alimentação nas escolas, assim como desconhecem assuntos voltados a agricultura familiar. Já quanto a mudanças na alimentação escolar, a maioria diz a mesma estar mais variada, ter melhorado e sempre ser diferente.

Em relação sobre quais foram as mudanças ocorridas na alimentação escolar em Dom Pedrito/RS, após a Lei 11.947 de 2009, em geral, a aceitação é boa pelos alunos, mas poderia reforçar a participação da agricultura familiar e o conhecimento do programa por alunos e professores. Ao mesmo tempo, percebe-se que a participação dos envolvidos no processo é baixa, como no caso da falta de atuação do CAE.

Um dos fatores de maior relevância é saber que a agricultura familiar não é totalmente aproveitada, que seus cultivos não são suficientes, pois a maioria das hortaliças e frutas são compradas por licitação nas empresas que fornecem esse tipo de produto.

Assim sendo, encontram-se barreiras que precisam ser vencidas, garantindo deste modo uma qualidade melhor para os alunos em se tratando de nutrição e um maior retorno para os agricultores familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, E. A. M. Desenvolvimento do PNAE em Dom Pedrito/RS. Palestra ministrada durante o II Seminário Bioma Pampa Sustentável, realizada em Dom Pedrito/RS, dia 10/maio/2013, pela UNIPAMPA Campus Dom Pedrito e parceiros.

BEZERRA, I; SCHNEIDER, S. **Produção e Consumo de Alimentos**: O papel das Políticas Públicas na relação entre o plantar e comer. jun/2012.

BIANCHI, J. R. Revista Nutrição. Vol. 25, n. 5. Campinas: set/out, 2012. Disponível em: <<Maisequilibrio-com.br/bem-estar/nutricao-e-alimentacao>> Acesso em: 9 abr 2016.

BISSOLI, M. C.; LANZILLOTTI, H. S. **Educação Nutricional como forma de intervenção**: avaliação de uma proposta para pré- escolares”. Revista Nutrição. Campinas: PUCCAMP, jul/dez, 1997, 107-13.

BRASIL. FNDE, 2014. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Funcionamento/Execução. Disponível em: <<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execucao-alimentacao>>> Acesso em: 10 out 2015.

BRASIL, FNDE, 2013. **Passos para Executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5129-passos-para-executar-o-pnae>>> Acesso em: 15 out 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Alimentação e nutrição no Brasil: Técnico em alimentação escolar. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/aliment.pdf>>> Acesso em: 10 abr 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, L. G. C. **Políticas de alimentação escolar**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

MEIRA, L. P. **Perfil dos Agricultores Familiares de Dom Pedrito participantes do Programa Nacional Alimentação Escolar**. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde no Brasil. **Contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa/Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

RAMOS, M.; STEIN, L. M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. *Jornal de Pediatria*, v.76, supl.3, 2000, p.229-37.

RODRIGUES, M. L.C. **Alimentação e nutrição no Brasil I**. /– Brasília : Universidade de Brasília, 2007. 93 p.

ROESCH, S. M. **Projetos de estágio e pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TRICHES, R. M. , SCHNEIDER , S. **Reconstruindo o “elo perdido”**: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de Alimentação escolar no município de dois irmãos (RS). 2010.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Questionário aplicado aos alunos:

Idade:

Sexo:

Série:

1 – Para você é importante receber a merenda escolar?

Sim Não

2 – Se a resposta foi “sim” por quê?

necessidade ou fome

sabor agradável

saudável e nutritiva

outros(detalhar)

3 – Você costuma comer a alimentação oferecida pela escola?

Sim Não

4 – Quantos dias da semana você costuma comer a alimentação oferecida pela escola?

1 dia

2 dias

- 3 dias
- todos os dias em que é oferecida

5 – Você conhece o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?

- Sim
- Não

6 – Você estuda sobre alimentação?

- Sim
- Não

7 – Você sabe o que é Agricultura Familiar?

- Sim
- Não

8 – Você acha que a alimentação escolar mudou nos últimos anos?

- Sim
- Não

9 – Quais os tipos de mudanças você observou?

- tem mais frutas
- tem mais verduras
- apenas é mais variada
- mudou a quantidade

10 – Atualmente você acha que a merenda escolar está:

- melhor
- continua sendo a mesma
- pior

11 – O que você prefere?

- lanche
- comida

12 – A quantidade de comida oferecida na escola é?

- pouca, fico com fome
- boa, fico satisfeito
- exagerada

13 – A comida oferecida na escola é variada?

- sim, sempre tem comidas diferentes
- não, quase todo o dia é a mesma preparação

14 – Você gosta da comida oferecida na escola?

- Sim
- Não

15 – Se a resposta foi “sim” por quê?

- sabor agradável
- saudável e nutritiva
- outros. Qual?-----

Sugestão para melhorar a merenda?

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

- 1) O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) consta no projeto pedagógico da escola?
() Sim () Não
- 2) Você percebe mudanças na merenda?
() Sim () Não
- 3) A merenda é de boa qualidade nutricional? Variada?
() Sim () Não
- 4) Você incentiva hábitos de alimentação saudáveis entre os estudantes?
() Sim () Não
- 5) Você sabe sobre a inclusão dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar?
() Sim () Não
- 6) Existe atividade pedagógica relacionada à alimentação e merenda escolar?
() Sim () Não
- 7) Você conhece algum projeto na escola sobre alimentação?
() Sim () Não
- 8) Você estimula o consumo de merenda escolar?

Sim Não

9) Em sua opinião os alunos gostam da merenda?

Sim Não Não sabe

10) O CAE (Conselho de Alimentação Escolar) é atuante na escola?

Sim Não

11) Você acha que os professores têm informações para explicar sobre a valorização dos alimentos regionais?

Sim Não

12) Você acha que o desempenho do aluno muda após o consumo da merenda?

Sim Não

13) A decisão de qual merenda será oferecida é do:

diretor

professor

merendeira

nutricionista

não posso opinar